

CARTA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE

Coral
CTS/
Remova

Ao: Comitê Interfederativo - CIF.

Ilma. Sra. Sueli Mara Vaz Guimarães Araújo

MD. Presidente. Em mão.

SOBRE A REGIÃO:

A Planície Costeira do Rio Doce é uma das mais ricas regiões do Espírito Santo, seja esta riqueza ambiental ou cultural. Trata-se de uma região sedimentar formada ao longo do tempo pelos sedimentos carreados pelo Rio Doce no polígono continental da Barra do Riacho (Aracruz) até o município de Conceição da Barra. Região com muitas comunidades tradicionais, ambientes sensíveis que compõem um importante complexo hídrico e um ecossistema preservado e fragilizado; o que levou o MMA a decretar a região como área de relevante importância para a conservação, a qual abriga importantes unidades de conservação, o Corredor Ecológico Socongo, o Mosaico das UCs da Foz do Rio Doce e Polos de Educação Ambiental da Mata Atlântica.

Mais próximo à foz, no litoral do município de Linhares, tem importantes comunidades tradicionais no tocante a preservação socioambiental e a cultura: Povoação, Regência Augusta, Terra Indígena de Comboios, Areal e Entre Rios (mais próximas à foz) e Degredo/Cacimbas e Pontal do Ipiranga mais ao norte. Comunidades essas que viviam dependentes do rio e do mar e seus atributos: a pesca, o turismo, o lazer, entre outros; e hoje estão sem perspectivas, fragilizadas, vulneráveis de forma socioambiental e socioeconômica. Essas comunidades já possuíam em suas estruturas organizacionais inúmeras associações de moradores, pescadores, culturais, de artesanato, comerciais, grupos independentes, escolas, religiosos/igrejas, grupos artísticos, grupos socioprodutivos, times de futebol, entre outros; que, de alguma forma, buscavam soluções para seus problemas e melhores condições de vida sustentável, a proteção socioambiental, de geração de trabalho e renda, de proteção da sua cultura e da sobrevivência. Apesar das históricas dificuldades, da pouca oportunidade de emprego, dos inúmeros problemas e divergências de ideias, eram felizes, cooperativos; encontravam em seu ambiente a sustentabilidade (econômica, social, cultural e ambiental) e tinham perspectivas. Lamentavelmente esse tecido social foi rompido pela lama de rejeitos.

HISTÓRICO DOS PROCESSOS E AÇÕES DE GOVERNANÇA DAS COMUNIDADES, O PODER PÚBLICO E OUTROS:

Quando a barragem da Samarco em Mariana rompeu, em 5 de novembro/15, as comunidades da foz estavam com um grupo de governança formado por instituições públicas (governo federal, estadual e municipal), comitês de bacias, instituições comunitárias, universidades e outras, debatendo e buscando melhorias para o Rio Doce, para os problemas da pesca, alternativas de geração de trabalho e renda, do turismo - com um programa de turismo ecológico sendo construído - para a melhoria e a proteção socioambiental e dos problemas sociais.

Dessa forma, desde o rompimento da barragem, até o dia 21 de novembro/15 quando a lama de rejeito chegou ao mar, e até o presente momento, esse grupo de governança já articulado, passou então a dialogar com diferentes atores em várias instâncias e a empresa Samarco na tentativa de, inicialmente, evitar a chegada dos rejeitos até o mar e depois de buscar medidas mitigadoras para minimizar os impactos socioeconômicos e

socioambientais, conseguindo que os pescadores fossem envolvidos (contratado) pela Samarco nos trabalhos de mitigação dos impactos (mais em Regência dando pouca oportunidade a Povoação), alertando para os problemas, tentando buscar soluções, mostrar a dimensão da tragédia na mídia, colaborar com as pesquisas, cobrar resultado e ações mais imediatas para diminuir o sofrimento da população e os impactos, criando uma governança colaborativa. Por outro lado - também muito necessário e importante para o momento - outros grupos de moradores e instituições vinham fazendo frente à tragédia anunciada, na forma de manifestações, protestos, denúncias, campanhas de recolhimento de doativos, representações judiciais e extrajudiciais em diversas instâncias e o acompanhamento de pesquisas paralelas independentes.

Em janeiro/16, os diversos setores da comunidade de Regência, com algumas representações da Entre Rios e alguns de Povoação, com as instituições públicas, e outros, resolveram avançar na busca de soluções e proposições para cobrar da Samarco maior eficiência na mitigação e reparação imediata dos danos. Realizaram então, oficinas de pensamento, discussão e elaboração de um Plano de Ações e projetos imediatos, de médios e longos prazos capazes de melhorar a situação vivida, onde cada seguimento pode colocar suas aspirações, sentimentos e propostas, se transformando em um plano de ações presente e futuro da região.

O citado Plano, na época foi encaminhado várias vezes à Samarco, BPH Blinton, entregue na mão da então Ministra do Meio Ambiente, encaminhado ao Governo do Espírito Santo e ao município quando o acordo do TTAC estava sendo elaborado, depois a Assembleia Legislativa do ES, ao Ministério Público e ao CIF quando foi criado; por último, entregue várias vezes a diretoria e aos muitos gestores da Fundação Renova. Entretanto, sem muito êxito. Agora, algumas ações menores, emergenciais, começaram a ser iniciadas lentamente pela Renova em um processo lento e burocrático.

Continuando na busca de soluções e melhorias, as instituições e o Grupo Gestor continuaram a encaminhar ofícios a essas diversas instâncias cobrando e apresentando soluções, participando de reuniões e oficinas de debates construtivos, de Fóruns, Conselhos, Comitês, buscando outros parceiros para projetos, elaborando e desenvolvendo projetos e ações socioculturais, socioeconômicas e ambientais, entre outros. Sem muitos resultados práticos.

As associações dos pescadores de Regência e a de Povoação, juntamente com o ICMBio e outros, buscaram formas de mostrar os danos mínimos da classe pesqueira e formas de precificação e indenização dos pescadores e todo o arranjo produtivo, os quais ainda não receberam suas indenizações – apesar de alguns já terem assinado o acordo. A Renova está priorizando pescadores com escritório de advocacia do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES E CITAÇÕES DE PROBLEMAS:

- 1- Apesar das mortes de pessoas nos distritos do município de Mariana e da perda de habitações e desabrigado em Paracatu, Gesteira, Bendo Rodrigues, Barra Longa e outros, os impactos - apesar de diferentes e incomparáveis - não foram maiores ou menores dos gerados pela lama de rejeitos do minério em algumas comunidades capixabas como a Foz do Rio Doce (região estuarina e mar). Aqui as vidas estão sendo ceifadas lentamente, se morre aos poucos. Perderam-se referências (sociais, culturais, econômicas, geográficas de existência), plataformas econômicas sustentáveis, espaços de lazer e recreação, de convívio, histórias, culturas, perspectivas de vida, incalculável patrimônio ambiental que provocou o rompimento do tecido social das comunidades. Sendo que até o momento,

nada foi feito na área de proteção e assistência social e a saúde para mitigar o avanço desses problemas, como atendimento psicológico e de assistência social. As comunidades estão cada dia mais doentes.

- 2- Lamentavelmente, apesar de muitas soluções estarem próximas, dentro da Renova são dificultadas e executadas com morosidade, de forma muito tecnicista e burocrática; o que leva às comunidades, muitas vezes, a descreditarem do sistema institucionalizado pelo TTAC e se perguntarem: Será que esse sistema com CIF/Renova acordo realmente foi a melhor opção? Quanto custa a Renova e seu alto padrão de qualidade com um time formado pelos melhores do mundo? Quanto custa às inúmeras empresas de consultoria que a cada dia mais aparecem nas comunidades para simplesmente produzir diagnósticos sem respostas e devolutivas às comunidades enquanto nada de concreto é implementado? Será que as soluções não estão mais perto das comunidades e mais simples?
O sistema de gestão da Renova está muito grande, complexo, burocrático, tecnicista, empresarial, amarrado e moroso. Também dificultado pelo próprio modelo de gestão do TTAC.
- 3- As ações estão muito à quem do que as necessidades e urgências de mitigação e soluções dos problemas, que avançam rápido e deixam a cada dia mais danos materiais, sociais e psicológicos.
- 4- Os pescadores estão cada dia mais doentes por estarem se sentindo improdutivos, sem perspectivas.
- 5- Alunos da escola de Povoação estão estudando em salas alternativas devido ao aumento da população.
- 6- As comunidades estão tendo problemas sociais devido à migração (a vinda de muitas famílias de outros municípios e estados – em Degredo a população dobrou).
- 7- Voluntários vêm envolvendo crianças e jovens em atividades sócio-recreativas e educativas como escolinhas, enquanto a Renova está buscando por ações mais inteligentes.
- 8- A comunidade ribeirinha de Entre Rios, Areal e outras, estão sem perspectivas socioprodutivas e sem saber se os poucos alimentos que ainda produzem estão bons para o consumo.
- 9- As comunidades não têm respostas quanto à qualidade da água, dos peixes e da contaminação do lenço freático.
- 10- Atividades socioeconômicas que eram desenvolvidas, como o artesanato, os ilheiros, pequenos agricultores e outros, ainda não foram reconhecidos e indenizados.
- 11- Está se criando um processo muito burocrático para o pagamento das indenizações com grandes exigências de documentos como escrituras de ilhas, balanços financeiros, comprovação de união estável e outros documentos para populações tradicionais que viviam em modelo informal (não na informalidade). Os impactados tem que esperar mais de três meses para receberem a indenização após o acordo assinado.
- 12- As comunidades não recebem devolutivas da Renova, e quando acontecem, respostas vagas e inconsistentes.
- 13- A cada dia mais se vê grandes empresas de consultoria chegando de fora para fazer diagnósticos e projetos (dos quais muitos já existem), alguns que não condizem com a realidade, enquanto a população está ociosa, precisando de emprego e com o comércio parado. Poderia se fazer licitações mais localizadas/regionais para se utilizar microempresas e mão de obra local.
- 14- Grandes empresas de logística trazendo barcos de fora enquanto os pescadores estão com suas embarcações apodrecendo nos portos.
- 15- Os pescadores já apresentaram várias propostas socioprodutivas para inseri-los em trabalhos de pesquisas, reflorestamento, de mitigação dos impactos e compensações, mas não foram aceitas, e nada de concreto lhes foi apresentado ainda.

- 16- O surfe, que é uma grande ferramenta para o desenvolvimento do turismo, de preservação e benefício social não tem apoio e não recebem informações se a água do mar está ou não contaminada; se tem risco à saúde.
- 17- É inconcebível que, enquanto os impactados – principalmente os pescadores – estão sem receber suas indenizações, a Renova tire o dinheiro que seria para beneficiar os impactados, para dar aos bancos emprestarem a empresários e outros que não tiveram nenhum impacto nos centros dos municípios. Com juros além dos praticados no mercado.

PROPOSIÇÕES, REIVINDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:

- 1 – Respostas coerentes acerca dos cadastros e indenizações e a celeridade do processo e dos pagamentos. Que os indenizados não tenham que aguardar três meses para receber a indenização após a assinatura do acordo. Respostas ao comércio de Povoação e o reconhecimento de todo o setor do turismo.
- 2 – Urgente resposta à população quanto à qualidade dos peixes e da água do rio, do mar (points e outros) e do lençol freático.
- 3 – Urgente implantação de ações emergenciais do Programa de Proteção Social e a saúde com psicólogos, assistentes sociais, médicos e outros. Melhorar do sistema de atendimento a saúde e assistência social conforme o que vem sendo elaborado com os municípios e já foi implantado em Mariana.
- 4 - Urgente implantação dos projetos e programas de geração de trabalho e renda conversado com as comunidades e de acordo com os Planos de Ações locais. Implantação das demais ações socioculturais e educativas demandadas no Plano.
- 5 – Alternativas para o setor pesqueiro e a efetiva implantação dos projetos e ações para os pescadores conforme propostas e planejamentos existentes, elaborados por eles e seus parceiros.
- 6 – Projetos de revitalização e reflorestamento do Rio Preto, Rio Doce, Lagoas e outros corpos hídricos de Linhares à foz.
- 7 – Melhorias das escolas locais e a urgente construção de duas salas na escola de Povoação que está funcionando com duas turmas em salas alternativas devido a migração de pessoas vindas de outros municípios e estados.
- 8 – Apoio a implantação do calendário de eventos socioculturais/turísticos já realizados historicamente em cada comunidade e outros, bem como a implantação do programa integrado de turismo sustentável das comunidades de acordo com o diagnóstico, os planejamentos, ações e projetos das comunidades tendo como destino foz do Rio Doce, considerando o asfalto e o Terminal de educação, ciência e turismo em Regência (Tereg) e em Povoação. Realização do circuito nacional de surfe (envolvendo outros esportes náuticos).
- 9 – Implantação urgente do programa alternativo de recuperação da agricultura sustentável (lavoura cacaueteira das comunidades ribeirinhas e ilhas, entre outros), principalmente na Entre Rios.
- 10 – Implantação do programa e ações imediatas de fortalecimento da cultura local/regional.

11 – Elaboração e implantação do programa de educação socioambiental debatido e construído com as comunidades, considerando as práticas, projetos e ações que já são desenvolvidas pelas escolas e outras instituições locais envolvendo os Comitês de Bacias; pois o programa está sendo construído somente com especialistas, o poder público e alguns projetos/ instituições de MG, SP e outras localidades. No encontro de boas práticas de projetos de educação ambiental realizado pela renova, teve somente um projeto do ES, do sul do Estado; pois não houve divulgação e mobilização local e regional.

12 - Devolutivas e implantação urgente dos projetos de curto prazo.

13 – Que os municípios do ES, principalmente o de Linhares (região da foz) sejam contemplados na divisão dos recursos de multas pelo CIF, pois somente os municípios mineiros estão recebendo os recursos, sendo que os impactos foram em toda a calha.

14 – Também, que os recursos destinados a compensações contemplem de forma igual os município capixabas e mineiros, considerando que os impactos não foram somente em Mariana e Barra Longa.

15 – Que todos os programas contemplem os municípios capixabas. Não foi só o município de Mariana que sofreu grandes impactos sociais, econômicos e ambientais.

16 – Aceleração e concretização do programa de saneamento com a implantação do sistema de tratamento de esgoto das comunidades da Foz.

17 – Adiantamento, pelo menos de parte dos recursos das indenizações, para o comércio de Povoação poder atuar no verão/17, assim como foi feito em Regência.

Foz do Rio Doce, 15 de dezembro de 2017.

ATENCIOSAMENTE

Helêmia Souza Teixeira

AMOR – ASSOC. DOS
MORADORES DE REGÊNCIA

ASPER – ASSOC. DOS
PESCADORES DE REGÊNCIA

Siméia Barbara dos Santos

APAP – ASSOCIAÇÃO DOS
PESCADORES DE POVOAÇÃO

Marcos Mendes Alves e Sebastião dos Santos

ASSOC. COMERCIAL REGÊNCIA

ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES E MORADORES
DE ENTRE RIOS

REPRESENTAÇÃO
COMUNIDADE DO AREAL

Maria Conceição Costa

ASSOC. CONGO REGÊNCIA

Sebastião dos Santos

ASSOC. CULTURAL DE
POVOAÇÃO

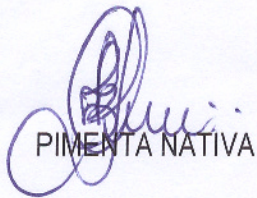
ARTE – ASSOC. DOS
ARTESÃOS DE REGÊNCIA E
REGIÃO

GRUPO SOCIOPRODUTIVO

Bruna Condeiro dos Santos

ESCOLA VILA REGÊNCIA

ESCOLA DE POVOAÇÃO


PIMENTA NATIVA

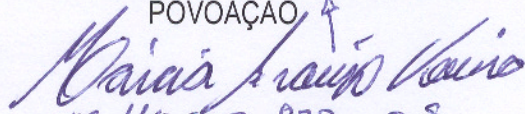

ASL - ASSOC. DE SURFE DE
LINHARES

CIA DE ARTES REGÊNCIA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE
POVOAÇÃO

IGREJAS REGENCIA

TIMES REGÊNCIA


CPF 110509877-03
ASSOC. DOS MORADORES DE
POVOAÇÃO

Spencilson Cirilo efudenco